

Um pacto contra o desemprego

273 FH, que anuncia hoje o ajuste fiscal, pede a empresários que não demitem em troca de baixa dos juros

Aguinaldo Novo, Marcelo Rehder, Eliane Oliveira e Leandra Peres

SÃO PAULO e BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso propôs um pacto pela manutenção do emprego a um grupo de grandes empresários, durante jantar, domingo à noite, no Palácio da Alvorada. No encontro, que reuniu 16 das maiores lideranças empresariais do país e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, Fernando Henrique pediu uma trégua nas demissões e, em troca, se comprometeu a reduzir as taxas de juros o mais rapidamente possível e a se empenhar pessoalmente na aprovação da reforma tributária pelo Congresso Nacional.

Segundo fontes do Palácio do Planalto, Fernando Henrique fará hoje um pronunciamento à nação, em cadeia de rádio e televisão, para divulgar os principais pontos do pacote fiscal, cujas medidas serão detalhadas amanhã pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Medidas só devem ser fechadas hoje

O ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, revelou que o presidente e a equipe econômica só devem fechar hoje o conjunto de medidas, entre elas os cortes de despesas, a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), o aumento das alíquotas da CPMF e da contribuição previdenciária dos servidores públicos da ativa e a criação de uma contribuição para os servidores inativos.

Até ontem à noite, o Governo não havia decidido qual será o percentual de aumento da alíquota da CPMF. Segundo técnicos da equipe econômica, a nova alíquota ficará entre 0,35% e 0,40%.

Clóvis Carvalho se reuniu ontem à noite com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e outros integrantes da equipe econômica para revisar o texto que será entregue hoje a Fernando Henrique.

O vice-presidente Marco Maciel disse que Fernando Henrique é quem dará a última palavra sobre algumas alternativas sugeridas pela equipe econômica, sobretudo nas questões que dizem respeito ao aumento de impostos.

— A preocupação do presidente é de não fazer cortes lineares e de preservar os mais pobres — antecipou Maciel.

Desde a semana passada, Fernando Henrique vem fazendo consultas a vários setores da sociedade para tentar antecipar qual seria a receptividade às medidas em estudo pela área econômica. No domingo à noite, ele jantou com os principais empresários do país, como Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Roberto Bornhausen, Emílio Odebrecht, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira (Firjan) e Horácio Láfer Piva (Fiesp), entre outros. Na entrada, Antônio Ermírio manifestou a disposição da classe empresarial de dar sua parcela de sacrifício, desde que o Governo também faça a sua parte, cortando despesas.

FH se reunirá com governadores aliados

Antes de fazer o anúncio das medidas, Fernando Henrique deverá apresentar a proposta aos presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Por telefone, o presidente já está conversando com os governadores eleitos dos partidos aliados.

— O presidente espera contar com a colaboração de todos os governadores, qualquer que seja o partido, inclusive da oposição, para a votação das reformas no mais breve tempo possível, porque elas são do interesse nacional — disse o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral.

Na próxima semana, Fernando Henrique deverá reunir-se com os governadores aliados para negociar a aprovação do ajuste fiscal no Congresso. O primeiro encontro deverá ser com o governador reeleito de São Paulo, o tucano Mário Covas.

Os 16 empresários que estiveram domingo à noite com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Malan pediram compensações para o ajuste fiscal, sendo a principal a redução das taxas



O MINISTRO MALAN e o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, deixam o ministério para uma reunião no Planalto

AS MEDIDAS QUE O GOVERNO DEVERÁ ADOTAR

- **CPMF:** A proposta da equipe econômica prevê que a CPMF aumente dos atuais 0,2% para algo entre 0,35% e 0,40%, o que daria um ganho de receita de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões ao Governo. O presidente Fernando Henrique decidirá qual será o percentual.

- **FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS:** A contribuição para a Previdência Social de servidores públicos da ativa deve passar de 11% para até 16%, de forma escalonada, para quem ganha acima de R\$ 1.200 mensais. Atualmente todos pagam 11%.

- **SERVIDORES INATIVOS:** Os servidores públicos aposentados ou pensionistas, atualmente isentos de pagar a contribuição previdenciária, passariam a pagar 11%. O

desconto seria aplicado somente para os que recebem mais de R\$ 1.200 por mês. As propostas sobre a contribuição dos servidores ativos e inativos devem ser apresentadas por medida provisória.

- **FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO:** A ampliação do prazo de vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2001 é uma das propostas do pacote. Sua aprovação, no entanto, depende de o Governo vencer a resistência de governadores e prefeitos, que têm força política no Congresso.

- **CORTES:** O ajuste prevê cortes de R\$ 9 bilhões no item Outras Despesas de Custo e de Capital (OCC), do Orçamento da União.

de juros, que estão em torno de 40% ao ano. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, disse que Fernando Henrique e Malan acenaram com a perspectiva de redução dos juros, já em janeiro, para os mesmos níveis que vigoravam antes do início da crise financeira mundial (entre 20% e 22% ao ano).

Segundo o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Moreira Ferreira — também presente ao encontro — os empresários disseram a Fernando Henrique e

ao ministro da Fazenda que esperam medidas duras para o setor produtivo, mas exigem o mesmo do Governo. Ou seja, os cortes de gastos devem ser para valer.

Fernando Henrique pediu a compreensão dos empresários e uma "cota maior de sacrifício".

Moreira Ferreira disse que não foram detalhadas as medidas de ajuste fiscal, como o percentual do aumento de algumas alíquotas, mas sim traçado um quadro abrangente do que o Governo quer.

Todos vão saber na hora certa. Mas é importante lembrar que o presidente Fernando Henrique

foi reeleito pela maioria da população e merece nossa confiança — disse Moreira Ferreira.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, contou que o presidente fez uma explanação sobre a grave situação das contas públicas, para mostrar a importância da aprovação da Reforma da Previdência, da Reforma Tributária e da Reforma Administrativa.

— O presidente quis mostrar que temos a oportunidade de ouro, histórica, de mudar isso tocando as reformas — explicou.

Casa Civil está recebendo propostas de cortes

O Governo deverá anunciar, junto com o pacote fiscal, uma série de medidas para que os ministérios possam se adequar ao corte de aproximadamente R\$ 9 bilhões no Orçamento de 1999. Na lista estão a extinção de cargos de confiança e de secretarias, redução de representações regionais de diversos órgãos federais, além de renegociação de contratos de prestação de serviços e cortes em despesas de custeio como telefones, gasolina e xerox. As sugestões de cortes estão sendo elaboradas pelos próprios ministros, a pedido da equipe econômica, e entregues à Casa Civil da Presidência da República. ■